



## **#Revoganoensinomedio: sintaxes espaciais sobre a (não) reforma do ensino médio brasileiro**

## **#Repealsnewsecondaryeducation: spacial syntaxes on the (non) reform of Brazilian secondary education**

## **#Derogalanuevaeducaciónsecundaria: Sintaxis espaciales sobre la (no) reforma de la educación secundaria brasileno**

**Murilo Eduardo dos Santos Nazário**

Unversidade Vila Velha  
Prof.murilonazario@gmail.com  
<http://orcid.org/0000-0001-8271-2260>

**Caio Cesar Portugal**

Universidade Vila Velha  
Caio.portugal@uvv.br  
<https://orcid.org/0000-0003-3056-4512>

### **Resumo**

Quais as sintaxes espaciais vinculadas em torno da #revogaensinomedio nas redes sociais Instagram e X? Objetiva-se compreender como essas redes sociais contribuem para ampliar o debate sobre o lugar da reforma do ensino médio iniciada pela lei 13415/17. O referencial teórico ancora-se em subsídios da Cibercultura propostos por Pierre Levy (2010), Robert Kozinets (2014) e no que tange o Ensino Médio optou-se por contribuições críticas de Acacia Kuenzer (2000) e de Juarez Dayrrel (2011) no que se refere aos projetos de vida e escolarização nessa etapa. A metodologia utilizada estrutura-se em uma Netnografia, ou seja, etnografia virtual. Os resultados indicam que as redes sociais têm colaborado para manter acesa a discussão em torno dessa etapa de ensino, sinalizam principalmente sintaxes de insatisfação política.

**Palavras-chave:** ensino médio; reforma do ensino médio; revogação.

### **Abstract**

What are the spatial syntaxes linked around #revogaensinomedio on the social networks Instagram and X? The aim is to understand how these social networks contribute to expanding the debate on the place of secondary education reform initiated by law 13415/17. The theoretical framework is anchored in Cyberculture subsidies proposed by Pierre Levy (2010), Robert Kozinets (2014) and with regard to High School, we opted for critical contributions from Acacia



Kuenzer (2000) and Juárez Dayrrel (2011) in which refers to life and schooling projects at this stage. The methodology used is structured in a Netnography, that is, virtual ethnography. The results indicate that social networks have helped to keep the discussion around this teaching stage alive, mainly signaling syntaxes of political dissatisfaction.

**Keywords:** high school; secondary education reform; revocation.

### Resumen

¿Cuáles son las sintaxis espaciales vinculadas en torno a #revogaensinomedio en las redes sociales Instagram y X? El objetivo es comprender cómo estas redes sociales contribuyen a ampliar el debate sobre el lugar de la reforma de la educación secundaria iniciado por la ley 13415/17. El marco teórico se ancla en los subsidios a la Cibercultura propuestos por Pierre Levy (2010), Robert Kozinets (2014) y en lo que respecta a la Escuela Secundaria, se optó por aportes críticos de Acacia Kuenzer (2000) y Juárez Dayrrel (2011) en los que se refiere a la vida. y proyectos escolares en esta etapa. La metodología utilizada se estructura en una Netnografía, es decir, etnografía virtual. Los resultados indican que las redes sociales han ayudado a mantener viva la discusión en torno a esta etapa docente, señalando principalmente sintaxis de insatisfacción política.

**Palabras clave:** escuela secundaria; reforma de la educación secundaria; revocación.

### Introdução

Nazário et al (2020, 2021) são alguns dos autores que tem sinalizado sobre as incongruências, tensionamentos, fragilidades, ambivalências e desdobramentos que permeiam a reforma do ensino médio brasileiro expressa pela lei 13.415/17. A principal nuance estrutural situa-se sobre o arcabouço curricular, que a partir da metade do segundo ano, deixa de ofertar todas as disciplinas aos alunos de maneira geral e passa oferecer itinerários formativos, a saber: linguagens, matemática, ciências da natureza, ciências humanas e sociais aplicadas e formação profissional.

Silva e Ferreira (2022) sinalizam, a partir da análise de 18 artigos publicados entre 2017 e 2021, que o campo científico da educação mesmo que de maneira tímida e não constante, ao longo desses anos, tem-se preocupado em problematizar as fragilidades envolvidas nas proposições dessa reforma, cujas principais ressonâncias concentram-se em sua efetividade, bem como as confluências políticas e econômicas que tencionam as bases dessa reforma. Todavia, a melhoria efetiva dessa etapa da educação básica não concentra-se apenas na reformulação curricular e na proposição de turnos em período integral, mas sim num amplo movimento socioeducativo para o projeto de escolarização brasileira, em que o ensino médio estaria envolto.

Dentre os aspectos apresentados como tênues em torno dessa proposição destaca-se: os impactos que a BNCC realizará na qualidade de elemento estruturante do ensino médio. Outras se referem à estrutura e funcionamento de uma escola nesses moldes. Por exemplo: quais critérios seriam considerados quando os alunos fossem escolher o percurso a seguir? O



que fazer se todos os alunos optarem por um único itinerário?, a escola vai definir uma quantidade de vagas por itinerário? Ao fazer isso e o aluno não conseguir escolher a primeira opção por não possuir nota suficiente, não se incorre no risco de esse aluno evadir-se também? Com relação ao acesso ao ensino superior, as avaliações de ingresso apresentarão em sua organização apenas conhecimentos da área que o aluno optou por escolher? E, se o aluno optou por formação profissional e, ao final desse percurso, ele decidir ingressar no ensino superior, quais serão os critérios adotados?

Questões que não foram resolvidas, respondidas e operacionalizadas ao longo destes cinco anos, ressaltam-se ainda as ressonâncias provocadas pela pandemia do SARS-COV 19 na escolarização brasileira. Contexto que flexibilizou o prazo para implementação dessa reforma, que estaria previsto para 2020, passando a 2022. Todavia, esse contexto de fragilidades, contradições e imprevisibilidades colaborou para um novo capítulo que envolve essa etapa da escolarização brasileira, que incide sobre o movimento que pede a revogação dessa reforma, inclusive com a elaboração da lei 14.954/2024.

Dentre os pontos centrais dessa lei, destacam-se as proposições de revogação dos seguintes itens da Lei 13514/17, como alteração da flexibilidade para conclusão dessa etapa via itinerários formativos<sup>1</sup> e com isso ambiguidades quanto a determinadas disciplinas a serem ou não obrigatórias. Também estabelece um mínimo de 2400 horas da totalidade da carga horária do ensino médio. Outra substituição envolve os itinerários formativos<sup>2</sup>, agora denominados percursos de aprofundamento e integração de estudos, que combinam até três áreas de conhecimento sendo eles: - linguagens, matemática e ciências da natureza; - linguagens, matemática e ciências humanas e sociais; - linguagens, ciências humanas e sociais e ciências da natureza; e - matemática, ciências humanas e sociais e ciências da natureza. Por fim, reforça-se a preferência por organização de um ensino médio de maneira integrada (Brasil, 2024).

Uma das possibilidades que tem sido exploradas pelo campo científico estão ancoradas nos estudos sobre/no ciberespaço. Nazário et al (2020, 2021) consideram que, entre as mídias sociais analisadas, o Youtube e o Twitter são as que mais se destacam por suas interfaces, enquanto a primeira refere-se à possibilidade audiovisual, a segunda produz informações instantâneas com maior alcance e interação. Ainda, é possível dizer que as temáticas centrais abordadas em todas as mídias se referem a uma concepção de natureza política que desdobra-se em dois eixos de um lado, os argumentos que defendem as reformas são propostos com um sentimento de uma concepção liberal, tida como de direita, que seria mais coerente com os atuais interesses do mercado, ou seja, a escola deve compartilhar um tipo de conhecimento que possibilite a plena inserção no mercado de trabalho. Já os argumentos contrários a essa reforma estão centrados em um viés, tido como de esquerda, no qual o Estado tem se afastado cada vez mais do compromisso

<sup>1</sup> Na versão proposta em 2017 seriam ofertados os seguintes itinerários na fase específica: linguagens e suas tecnologias – ciências humanas e sociais aplicadas – matemática e suas tecnologias – ciências da natureza e suas tecnologias – formação técnica e profissional.

<sup>2</sup> Na versão proposta em 2017 seriam ofertados os seguintes itinerários na fase específica: linguagens e suas tecnologias – ciências humanas e sociais aplicadas – matemática e suas tecnologias – ciências da natureza e suas tecnologias – formação técnica e profissional



de ofertar uma educação pública de qualidade que contribuiria para amenizar as desigualdades sociais na sociedade brasileira. Com essa polarização, a discussão central deixa de ser o ensino médio e passa a ser as ideologias políticas, aspecto que faz dessa reforma uma expressão dessas questões. Porém, torna-se difícil o equacionamento dos impactos que essa reforma provocará no cotidiano dessa etapa da educação básica.

Desde sua criação, ousada para fins militares, nota-se que a internet tem integrado os cotidianos e produzido um entrefluxo entre virtual e o real (Levy, 2010). Que por sua vez se inserem no campo das biotecnologias, principalmente impulsionada pelo paradigma econômico e tecnológico emergente, cuja matéria prima é a informação e sua penetralidade humana que estabelece as possibilidades de lógicas em redes, estruturas que podem ser demarcadas a partir de quatro estágios, apresentados por Choudhury (2014) como web 1.0, período de 1989 a 2005 caracterizado pela conexão de informações. Já a web 2.0, possibilitou maior volume de leitura e desenvolvimento de tecnologias que permitiram reunir e gerir multidões com interesses comuns. Na web 3.0 a ideia básica é definir dados estruturais e vinculá-los para descoberta, automação, integração e reutilização mais eficazes em várias aplicações. Por fim na web 4.0, acesso e interação não são mais suficientes é preciso diminuir as barreiras entre homens e máquinas, a fim de ampliar as experiências de imersão.

Assim, a internet constitui-se como lugar que se estende em um movimento de interconexão, não existindo mais a relação real e virtual, mas apenas um lugar. Para Levy (2010, p. 47), “o virtual na ótica filosófica é toda entidade desterritorializada capaz de gerar diversas manifestações concretas em diferentes momentos e locais determinados, sem, contudo, estar ela mesma presa a um lugar ou tempo em particular”.

Para Han:

Hoje não somos mais destinatários e consumidores passivos de informação, mas sim remetentes e produtores ativos. Não nos contentamos mais em consumir informações passivamente, mas sim queremos produzi-las e comunicá-las ativamente nós mesmos. Somos simultaneamente consumidores e produtores. Esse duplo papel aumenta enormemente a quantidade de informação. A mídia digital não oferece apenas uma janela para o assistir passivo, mas sim também portas através das quais passamos informações produzidas por nós mesmo. (Han, 2018, p. 15)

Segundo o Global Overview Report Kemp, no Brasil:

Havia 181,8 milhões de usuários de Internet no Brasil no início de 2023, quando a penetração da Internet era de 84,3%. O Brasil tinha 152,4 milhões de usuários de mídias sociais em janeiro de 2023, o que equivale a 70,6% da população total. Um total de 221,0 milhões de conexões móveis celulares estavam ativas no Brasil no início de 2023, valor equivalente a 102,4% da população total. [...] Sendo que a média diária de uso é 9 h e 52 min. [...]. (KEMP, 2023, p.01)

Um dos aparatos que integram, estruturam e configuram o ciberespaço são as redes sociais. Elas podem ser compreendidas como interfaces, que possibilitam a interação por textos, sons, imagens, vídeos e mesmo a leitura, e permitem a máxima ligação do mundo ordinário com



o mundo virtual (Levy, 2010). Conforme sinalizado pelo Global Overview Reporte Kemp (2023), 109,1 milhões de pessoas utilizam o Facebook, 142 milhões o Youtube, 113, 5 milhões o Instagram, 82, 3 milhões o Tik Tok, 59 milhões usam o LinkedIn, enquanto no (X) -Twitter são 24, 30 milhões de usuários e Snapchat 7 milhões de usuários. O grupo etário que mais utiliza as mídias sociais são homens e mulheres com idade entre 25 e 34 anos.

Para Han (2018) a internet das coisas produz fantasmas, que colaboram para pensar uma nova antropologia desterritorializado, um telemático conectado, produzidos pela digital turn (virada do digital). Capazes de produzir um panóptico digital cujos habitantes não são prisioneiros, mas vivem a ilusão da liberdade do alcance e conexão da internet, em que a estrutura de poder está na auto exposição imagética, visual e audiovisual. Personificando-se em homos electronicus, ou aquele ser conectado cuja identidade foi dissolvida psicicamente e o homo digitalis, indivíduo que mesmo em grupo mantém sua identidade e utiliza do virtual como espaço de reafirmação e de otimização de si mesmo e suas posições.

Pressupostos que subsidiam e balizam as questões desta pesquisa, sendo elas: quais as sintaxes espaciais vinculadas em torno da #revogaensinomedio nas redes sociais Instagram e X? E como elas contribuem para ampliar o debate sobre o lugar da reforma do ensino médio iniciada pela lei 13415/17?

## Método

Esta pesquisa estrutura-se a partir de uma Netnografia. Para Kozinets (2014) essa técnica de pesquisa pode ser compreendida como uma etnografia no ambiente virtual. Assim, também deve fazer uso de múltiplos recursos tais como entrevistas, observações, registros em diários, que possibilitam o pesquisador a compreensão, representação dos comportamentos, hábitos e demais produções culturais de determinados grupos sociais no ambiente virtual. Ou seja, a netnografia é uma forma especializada de etnografia que localiza-se nos estudos sobre cibercultura. Desse modo, pode-se ampliar as possibilidades de leitura das sintaxes Certeau (2004), que expressam o modo como o indivíduo usa, consome e se (re)apropria das estruturas da realidade, que por sua vez oferecem continuuns entre real e virtual.

Para o autor, o pesquisador, utilizando-se dessa metodologia, deve tomar importantes decisões antes do primeiro contato com uma comunidade online, sendo uma delas o procedimento de entrada ou entré cultural, através da qual o netnógrafo decide sobre temas e formula questões da pesquisa, visando a identificação da comunidade ou grupo online a serem pesquisados. Kozinets (2014) orienta que as formas de interação social e as comunidades devem ser investigadas, inicialmente, utilizando-se de mecanismos de buscas e reconhecimento do campo. Posteriormente ao entré cultural, Kozinets (2014) propõe a coleta e análise de dados, fase que pode ser estruturada a partir de três tipos de capturas: os dados arquivais, os dados extraídos e os dados de notas de campo.

Sendo assim, a pesquisa em questão fundamenta-se no primeiro tipo - dados arquivais - consistindo na captura direta de comunicações realizadas em páginas, blogs, sites de comu-



nidades ou grupos, através de fotografias, trabalhos de arte e arquivos de som, sem criação e estimulação direta do netnógrafo. Ao que diz respeito à análise de dados, Kozinets (2014) afirma que ela contempla a transformação dos produtos coletados em versão acabada da pesquisa, utilizando-se variados tipos de ferramentas e softwares de análise qualitativa dos dados capturados, nos quais podemos incluir o Iramuteq R, utilizado nesta pesquisa.

Desse modo, realizou-se uma netnografia nas redes sociais Instagram e X, anteriormente denominada Twitter, como fonte de coleta de dados arquivais, utilizada por atores sociais como meio de interação textual, audiovisual e imagética, para compartilhar o seu cotidiano, sendo um dos aplicativos mais populares na atualidade a nível mundial, com mais de 1 bilhão de usuários ativos, sendo o Brasil o segundo maior país em número de usuários, ficando atrás apenas dos Estados Unidos da América (D'angelo, 2022). O Instagram é uma rede social idealizada para o compartilhamento de fotos, vídeos e mensagens criada em 2010, desenvolvido pelos engenheiros de programação Kevin Systrom e o brasileiro Mike Krieger, acreditando que “postar uma foto era simplesmente o melhor meio para transmitir uma mensagem” (SXSW, 2019). O Twitter por sua vez é uma rede social estruturada para interações a partir de textos curtos, que também podem ser acrescidos de vídeos, imagens e áudios, fundada por por Jack Dorsey, Evan Williams e Biz Stone, em 2006 nos Estados Unidos, chegou ao Brasil em 2008. Em 2022 foi adquirida por Elon Musk e passou a ser denominada X.

Os procedimentos de busca nas referidas redes sociais foram realizados a partir do uso da #revogaensinomedio. Para Guimaraes e Cordeiro:

as hashtags são cadeias de caracteres (apenas letras e números) produzidas livremente pelos usuários - sem nenhuma interferência da plataforma – a fim de adicionar metadados às postagens, funcionando muitas vezes como palavras-chave. A rede não diferencia caracteres maiúsculos de minúsculos e não transforma o termo em hiperlink sem utilizar a cerquilha (#). (Guimaraes e Cordeiro, 2021, p. 88):

Deste modo, as hashtags se mostram de grande importância em relação à comunicação social na rede. Através delas, os usuários podem encontrar novas publicações e pessoas e elas se tornam uma ferramenta útil para a disseminação e recuperação de diversas informações sem limitações geográficas. Ademais, podem ser classificadas como hashtags de conteúdo, atributo, subjetivas, organização, pessoais, auto referência, propósito e factuais. No caso #revoganovoensinomedio, empregada neste estudo, pode ser classificado como factual, pois envolve o movimento temporal específico relacionado a revogação do novo ensino médio. Em específico no Instagram o uso dessa # gerou 5622 resultados. Enquanto no X foram gerados cerca de 1500 resultados.

A partir das especificidades dispostas nas interfaces interativas de cada rede social iniciou-se o processo de leitura e captura integral das narrativas produzidas. Para tanto, em cada uma das páginas analisadas, convertíamos o conteúdo textual em Portable Document Format (PDF), para otimizar o processo de análise. Kozinets (2014) recomenda que, diante do volume extenso do material textual coletado, o pesquisador faça uso de softwares de análise qualitativa para reconhecimento e organização semântica. Nessa perspectiva, utilizou-se o Iramuteq R,











sistema, mudar, culpa, generalizar e luta. Ou seja, na rede social em questão averigua-se que o sentimento de insatisfação com a reforma que estava em curso é o motivo central da reclamação, todavia não fica evidente sobre qual ou quais pontos da reforma são os motivos para pedir a revogação.

Para Certeau (2002), as ideologias políticas devem ser inseridas nas lógicas de um lugar que produz e reproduz em militâncias que se organizam em torno de técnicas de fazer crer, estruturadas com base em um *Belief*, no qual reside um falar em nome de um real e a capacidade de discurso autorizado por um “real” que se entrecruzam com a narratividade –uma instituição do real –que colabora na organização de práticas, ou seja, em credibilidades políticas para um fazer crer. Assim, é preciso considerar que a produção de políticas educacionais envolve múltiplos atores, (públicos e privados), no entanto o Estado é sujeito fundamental na implementação e desenvolvimento dessas práticas. Estado esse, que por sua vez, traz consigo uma relação intrínseca e associativa entre ideologias políticas, representadas pelos partidos e seus representantes, cujas principais nuances se inserem num prisma maniqueísta entre direita e esquerda.

Aspectos que se confirmam pela recorrência dos vocábulos relacionados pelos nomes dos 4 últimos presidentes do Brasil, que de alguma forma tem relações distintas com a reforma e sua possível supressão. Um indício fundamental desse ciclo envolve o Ministro da época da reforma em 2017, ser o atual relator da revogação dos pontos e alterações da revogação desse novo ensino médio.

Como pode ser melhor evidenciado nos trechos:

Instagranzeira 1: A reforma do “novo” ensino médio submete a educação das juventudes aos ditames do capital, promove o esvaziamento da formação de base e aprofunda as desigualdades de classe! Professores e estudantes não estão sendo ouvidos. Vamos à luta!

Instagranzeiro 1: Reforma da reforma não!!! #revoganemjá 🙏 revoga entulho do golpe! 🙏 🙏

Ou seja, a relatoria do projeto ter ficado a cargo do ex-ministro não foi bem vista entre os praticantes do ciberespaço e fez com que houvesse um movimento de crítica, principalmente nos grupos de inclinação a esquerda que iniciaram esse movimento de revogação do novo ensino médio. Ou seja, como pode reformar uma proposta em que o relator seria o autor da proposta? Como fica melhor elucidado, com as postagens:

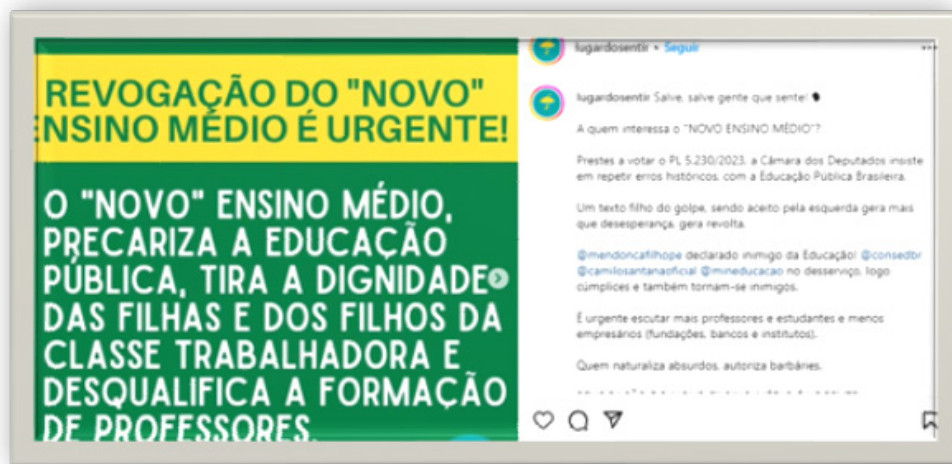


Figura 3. Postagem que pede revogação da proposta de reforma do ensino médio  
Fonte: extraído do Instagram

Aspecto que confirma ao analisar o texto do 3º parágrafo, em que o relator é tratado como “filho do golpe” numa menção aos acontecimentos políticos que culminaram com o Impeachment da então presidente do Brasil em 2016. E nota-se que no parágrafo seguinte o apoio do então ministro da educação e do presidente sugerem cumplicidade no que poderá piorar o ensino médio aos olhos dos que estão insatisfeitos. Aspecto que se confirma na figura 4.



Figura 4. Postagem sobre a piora proposta pelo relator da PL 5320/23  
Fonte: extraído do Instagram

Para além dos maniqueísmos que essa dualidade entre esquerda e direita traz consigo no almagama das narrativas. A reconfiguração do ensino médio brasileiro para ser mais bem analisada, necessita estar articulada as questões políticas que buscam maior proximidade com o viés econômico neoliberal. Uma vez que, a escola, além de cumprir uma função estratégica na difusão cultural e ideológica desse panorama socioeconômico, passaria a ser compreendida como mercadoria, ou seja, inserida nesse contexto de supervalorização econômica, também deveria ser compreendida de acordo com essas estruturas (Rodrigues, 2016).

Por outro lado, o trabalho modificou-se com a lógica econômica e com ela houve reverberações para as concepções ideológicas sobre o currículo e as finalidades educacionais, tornando a escola uma estrutura de prática social mediadora do processo de produção, político, ideológico e cultural. Sendo assim, como etapa final da educação básica, o ensino médio passa a ser estruturado estrategicamente na relação entre trabalho, cultura e conhecimento científico, para atender aos ditames socioeconômicos, cujos princípios do ato educativo assumem estruturas ético-políticas, e não técnico-didáticas ou metodológicas de aprendizagem (Frigotto, 2012, Frigotto, Ciavatta e Ramos, 2004).

Mesmo em uma postagem que parece indicar e elucidar os pontos estruturais de insatisfação, retoma-se ao arcabouço político, como mostra a figura 5:

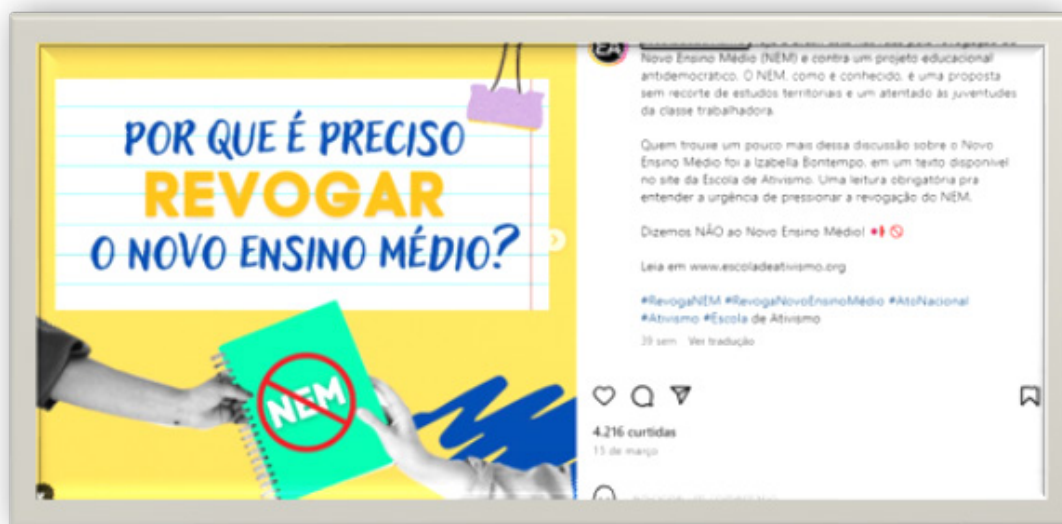


Figura 5 – Postagem no Instagram  
Fonte: extraído do Instagram

Como pode ser visto nem na postagem principal em formato imagético ou no texto complementar averiguam-se narrativas que colaborem para ampliar os motivos de insatisfação para além do prisma político.



Por outro lado, mesmo que de maneira tímida, pode-se identificar algumas narrativas que versam sobre um possível cenário que acentuaria as desigualdades entre as classes com prejuízos para a trabalhadora. Conforme figura 6:

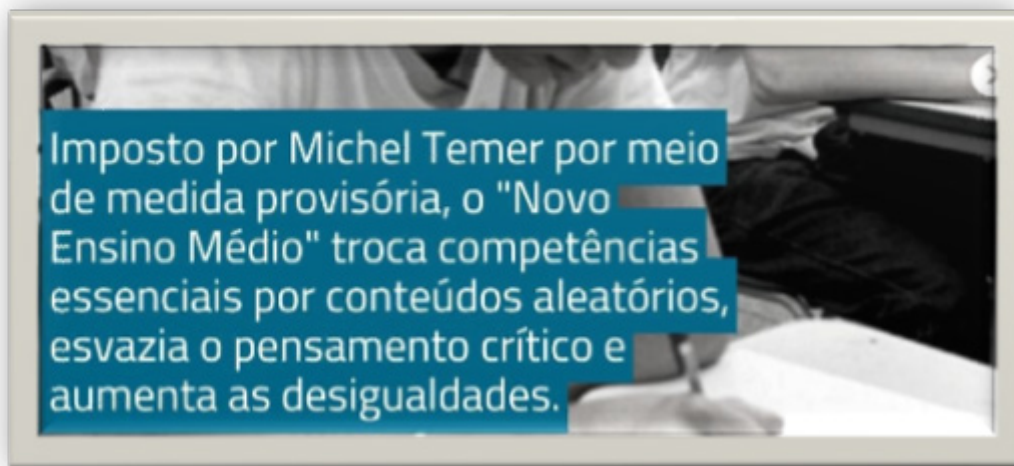


Figura 6. Postagem no Instagram  
Fonte: extraído do Instagram

Kuenzer (2000) já sinalizava essa relação crítica com as mudanças transcorridas nessa etapa no início do século XXI

Essa afirmação pode ser analisada de dois pontos de vista. Se tomada do ponto de vista do capital, têm lógica a transferência da formação profissional para os níveis pós-médio e superior, uma vez que, sob a justificativa da meritocracia, a seletividade do sistema escolar desempenha seu papel excludente, preparando apenas os melhores para os postos de trabalho disponíveis no mercado, cada vez em menor número. Do ponto de vista dos trabalhadores, essa transferência assume feições perversas, visto que, para os que vivem do trabalho, a aprendizagem de conhecimentos e habilidades, manuais e cognitivas vinculadas ao exercício de atividades produtivas, é condição não só de existência, mas também da própria permanência no sistema de ensino, na maioria das vezes possível apenas pela via privada (Kuenzer, 2000, p.37).

Com base na reforma de 2017, autores como Segal (2022) e Furtado e Silva (2020) indicam que os principais pontos para o quadro das desigualdades envolvem a oferta de itinerários específicos, que por sua vez significam oferecer menos conhecimento a quem já possui acesso diminuto a diferentes bens culturais dentre eles a educação de qualidade. Outro aspecto envolve as especializações das redes e as nuances envolvidas sobre a aproximação público privada para assessorias, bem como implementações diversas desde livros didáticos a acompanhamento de rendimentos visando os instrumentos avaliativos de larga escala.



Ao consultar a versão que pede a suspensão da reforma do ensino médio ancorado no projeto de Lei (PL) 5230/23 e transformada na Lei Ordinária 14945/2024, identifica-se como alternativa, para os itinerários uma opção híbrida interdisciplinar assim proposta:

Art. 35-B. O currículo do ensino médio será composto de formação geral básica e de itinerários formativos. § 1º Os estabelecimentos que ofertem ensino médio estruturarão suas propostas pedagógicas considerando os seguintes elementos: I - promoção de metodologias investigativas no processo de ensino e aprendizagem; II - conexão dos processos de ensino e aprendizagem com a vida comunitária e social em cada território; III - reconhecimento do trabalho e de seu caráter formativo; e IV - articulação entre os diferentes saberes com base nas áreas do conhecimento e, quando for o caso, no currículo da formação técnica e profissional. Art. 35-D. A Base Nacional Comum Curricular do ensino médio estabelecerá direitos e objetivos de aprendizagem, conforme diretrizes do Conselho Nacional de Educação, nas seguintes áreas do conhecimento: I - linguagens e suas tecnologias, integrada pela língua portuguesa e suas literaturas, língua inglesa, artes e educação física; II - matemática e suas tecnologias; III - ciências da natureza e suas tecnologias, integrada por biologia, física e química; IV - ciências humanas e sociais aplicadas, integrada por filosofia, geografia, história e sociologia. (Brasil, 2024, p. 01).

E ainda se propõem que:

§ 1º-A Cada itinerário formativo deverá contemplar integralmente o aprofundamento de ao menos uma das áreas do conhecimento previstas nos incisos I, II, III e IV do caput, ressalvada a formação técnica e profissional prevista no inciso V do caput deste artigo. § 2º-A Os sistemas de ensino deverão garantir que todas as escolas de ensino médio ofertem o aprofundamento integral de todas as áreas do conhecimento previstas nos incisos I, II, III e IV do caput deste artigo, organizadas em, no mínimo, 2 (dois) itinerários formativos com ênfases distintas, excetuadas as que oferecerem a formação técnica e profissional.

Sendo assim, nesse processo de reordenamento das finalidades do ensino médio, têm-se destacado propostas de reformulações cuja centralidade reside na (re)composição e (re)ordenamento curricular. Tais proposições estariam a cargo dos órgãos governamentais, que, ao estabelecerem os caminhos a serem tomados pela educação brasileira, têm optado, em maior ou menor grau, pela vertente da educação no viés político-econômico.

Moreira (2000, p. 109) assim considera:

Em numerosos estudos, têm-se criticado as recentes reformas educativas promovidas em grande parte do mundo, nas quais assumem relevo os esforços por reformular os currículos dos distintos graus de ensino. Utilizando variados referenciais teóricos, as análises alertam, dentre outros aspectos, para o fato de que as propostas se inserem em um movimento universal destinado a reestruturar os sistemas educativos das sociedades ocidentais do bem-estar (Carlgren 1998), desempenham importante papel nos processos de legitimação que ocorrem nessas sociedades (Popkewitz, Pitman e Barry 1998), expressam os interesses conservadores de grupos de direita que procuram aplicar às escolas as leis do livre mercado (Apple 1993; Whitty, Power e Halpin 1998) e se concretizam em práticas globais cujas implicações



são produzir sistemas de inclusão e de exclusão (Burbules 1998). Acentuam, também, que as mudanças curriculares costumam ser acompanhadas de tentativas de implantação de um sistema nacional de avaliação e de alteração dos arranjos pelos quais se formam e se aperfeiçoam os docentes.

Para Krawczyk (2011) e Kuenzer (2000), o currículo do ensino médio sempre foi um campo de disputa entre diferentes projetos sociais e grupos profissionais, seja pelo concurso de uma parcela do conhecimento socialmente produzido, seja pelo potencial de ampliação da inserção no mercado de trabalho.

Outro aspecto que parece apontar um repensar na composição dessa etapa de ensino, com base na redação lei 14.945/2024, envolve o § 2º que estabelece um mínimo de 2400 horas para a formação básica. Salienta-se que outrora na lei 13.415/17 estabelecia-se no “§ 5º A carga horária destinada ao cumprimento da Base Nacional Comum Curricular não poderá ser superior a mil e oitocentas horas do total da carga horária do ensino médio, de acordo com a definição dos sistemas de ensino” (Brasil, 2017, p.01).

Na busca pelos sentidos que estão expressos nessa reforma faz-se também significativo apresentar os elementos textuais específicos por rede social. Uma vez que elas possuem interfaces distintas e do mesmo modo usos e consumos próprios, aspecto que evidencia o lugar da plataforma X que prioriza narrativas textuais rápidas utilizando pouco conteúdo imagético, diferente do Instagram. Para tanto, elaborou-se a figura 7.

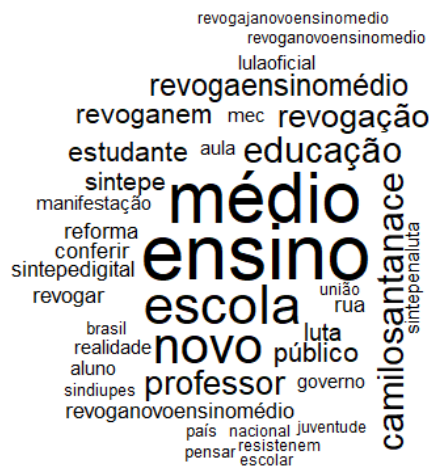


Figura 7. Nuvem de palavras na plataforma X/twitter

Fonte: extraído do Iramuteq r que por sua vez podem ser melhor observados na figura 8.



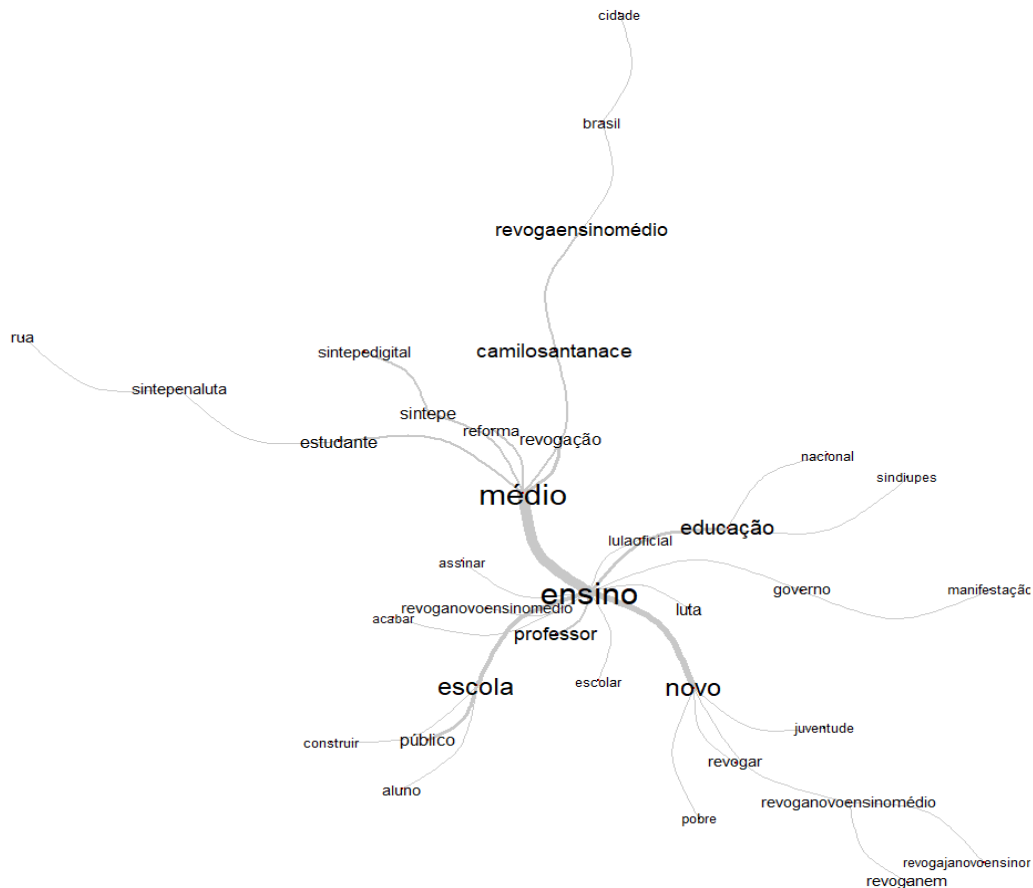


Figura 8. Arvore de Similitude Instagram  
Fonte: extraído de iramuteq r

Na plataforma X também averigua-se movimento semelhante ao Instagram principalmente na disposição das palavras que se encontram na zona intermédia, porém há um destaque político para a presença de um sindicato estadual. Aspecto que apresenta a possibilidade de análise a partir da presença de outras entidades civis, mas que também tem correlações com os desdobramentos políticos. Elementos que sugerem o modo como essa reformar pode impactar a atuação docente, inclusive com supressão de carga horária, a depender do componente curricular. Preocupação expressa pelo professor de Sociologia:



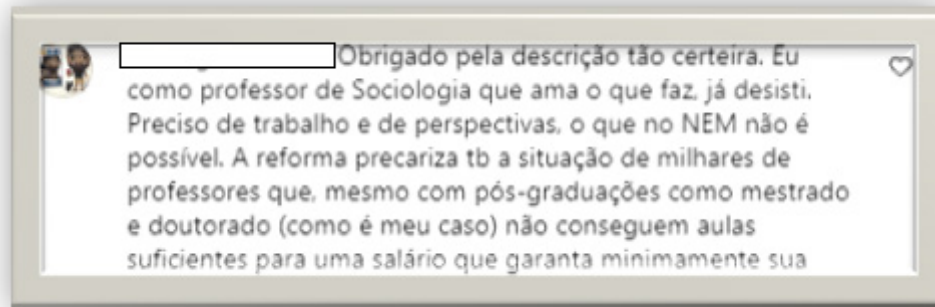


Figura 9. Postagem no Instagram  
Fonte: extraído do Instagram

Essa narrativa possibilita reflexões que estão associadas desde a proposição de 2017 sobre a hierarquização de saberes dentro do currículo no que se refere a conhecimentos disciplinares tidos como mais importantes do que em relação a outros, para serem compartilhados no projeto de escolarização do ensino médio. Assim, as disciplinas Matemática, Português e Inglês são apresentadas como fundamentais e, por isso, devem ser obrigatórias durante os três anos. Em contrapartida, Educação Física, História, Filosofia e Artes, na primeira versão dessa reforma, via medida provisória nº 746/2016, assumiam o status de não-obrigatórias, condição que foi suprimida no decorrer dessa reforma, mas que ainda sim, traz consigo certas ambivalências, que por sua vez incidem sobre a representação docente.

Se outrora lia-se:

§ 2º A Base Nacional Comum Curricular referente ao ensino médio incluirá obrigatoriamente estudos e práticas de educação física, arte, sociologia e filosofia. § 3º O ensino da língua portuguesa e da matemática será obrigatório nos três anos do ensino médio, assegurada às comunidades indígenas, também, a utilização das respectivas línguas maternas. § 4º Os currículos do ensino médio incluirão, obrigatoriamente, o estudo da língua inglesa e poderão ofertar outras línguas estrangeiras, em caráter optativo, preferencialmente o espanhol, de acordo com a disponibilidade de oferta, locais e horários definidos pelos sistemas de ensino (Brasil, 2017, p. 02).

Já a lei 14.954/2024 propõe que:

§ 2º A formação geral básica terá, no mínimo, 2.400 (duas mil e quatrocentas) horas no ensino médio e assegurará que, a partir das quatro áreas do conhecimento previstas nos incisos do caput deste artigo, sejam ofertados os seguintes componentes curriculares: I - língua portuguesa e suas literaturas; II - língua inglesa; III - língua espanhola; IV - arte, em suas múltiplas linguagens e expressões; V - educação física; VI - matemática; VII - história, geografia, sociologia e filosofia; e VIII - física, química e biologia (Brasil, 2023, p. 02).



Ou seja, garante-se a obrigatoriedade na etapa comum, mas na etapa específica, a partir do “self service” pedagógico dos componentes curriculares a partir de suas áreas, a escola poderá ofertar até 2 itinerários, e o aluno tem opção de cursar disciplinas de até 3 áreas, ainda assim não se tem garantias quanto ao modo como as escolas ofertarão suas composições de carga horária.

Sobre a hierarquização de saberes, a instituição escolar constrói códigos e símbolos ancorados pela tradição, que colaboram na valorização de um saber e aprender em detrimento de outros. Dessa maneira, a escola assume modos de organização e operacionalização de aprendizagens universais que devem alcançar a todos da mesma forma e intensidade. Assim, disciplinas que possuam maior afastamento ou incongruências com os saberes tidos como relevantes para inserção em determinados segmentos do mundo do trabalho, acabam por assumir uma condição de menor relevância.

Kuenzer (2000) considera que os interesses do mercado têm se desdobrado em tentativas de caracterizações das finalidades destinadas ao ensino médio travestidas de políticas educacionais que trazem consigo uma concepção de sociedade e de mundo que atenda aos desígnios socioeconômicos, alicerçados em saberes científicos tecnológicos e sócio-históricos que instrumentalizassem uma minoria para estar apta ao exercício da gestão, criação e direção. Do outro lado, a grande maioria deveria ter acesso apenas à escolaridade mínima que somente fornecesse aos indivíduos o acesso aos instrumentos necessários para permitir a existência em uma sociedade de perfil científico-tecnológico que se estabelecesse em ocupações precarizadas em um mercado muito resistente. Dessa maneira, esses desígnios que orientam princípios educacionais deixam de ser problemas pedagógicos para serem problemas políticos, conectados à fluidez e à racionalidade da dualidade entre o capital e trabalho.

Ressalta-se que o Currículo deve ser compreendido não como um conjunto de conteúdos a serem ofertados para os alunos, mas sim um território de disputas (Arroyo, 2014), lugar permeado por intencionalidades de poder, de identidade e de ser (Silva, 2002). Ou seja, os saberes com os quais a escola opera, seleciona, trata pedagogicamente e compartilha com os alunos ao longo da escolarização, não são estruturas estáticas, mas sim dialéticas, envoltas por interesses, decisões e direcionamentos que demarcam o entrecruzamento entre o cultural e o pedagógico.

Em outras palavras, deve-se ir além das perspectivas centradas na seleção e oferta de conteúdo pelas disciplinas: mas sim compreendê-los como os códigos e práticas se fazem componentes essenciais. Os códigos assumem a função de serem elementos que provêm de opções políticas, sociais, epistemológicas, princípios pedagógicos ou psicológicos e critérios organizacionais que intervêm na seleção, ordenação, sequência e instrumentalização pedagógica dos currículos (Sacristán, 2019).

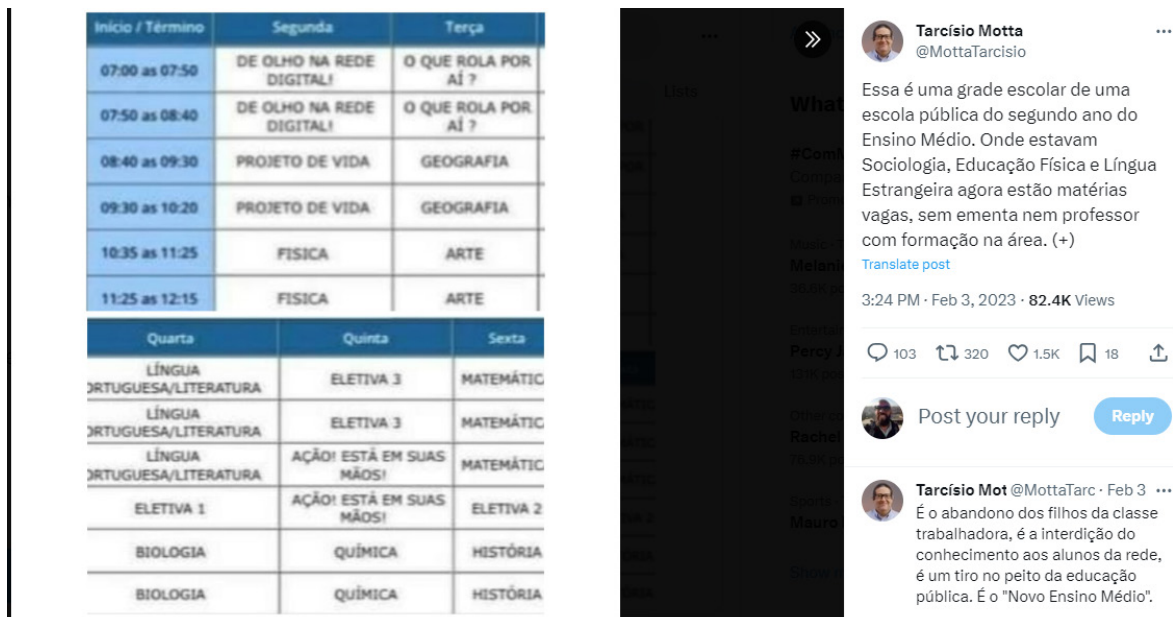
Ressalta-se que nesse interim existem também as matérias que serão ofertadas na parte diversificada, que também são apresentadas como aprofundamentos, principalmente nas escolas de tempo integral. Nesse sentido, emergem também o lugar da proposição do Projeto de Vida, que alguns currículos como, por exemplo, do Espírito Santo, entenderam como componente curricular, conforme figura 9:



BNCC	COMPONENTE CURRICULAR	TEMA INTEGRADOR
	Arto	
	Biologia	Acervos
ME	Educação Física	
	Estudo orientado	
	Filosofia	
NT POSTS	Física	
	Geografia	
	História	
	Língua Estrangeira (Inglês ou Espanhol)	
	Língua Portuguesa / Literatura	
	Matemática	
sh tec	Projeto de vida	laboratório do oll
	Química	
	Sociologia	

Figura 9. Componentes curriculares apresentados pelo Currículo do Espírito Santo com base na lei 13415/17  
Fonte: extraído de [curriculo.sedu.es.gov.br/novoensinomedio](http://curriculo.sedu.es.gov.br/novoensinomedio)

Questões que também estão presentes nas insatisfações da plataforma X, como na postagem feita por um dos deputados federais que tem participado da PL 5320/23, indicado na figura 10.



Início / Término	Segunda	Terça
07:00 as 07:50	DE OLHO NA REDE DIGITAL!	O QUE ROLA POR AÍ ?
07:50 as 08:40	DE OLHO NA REDE DIGITAL!	O QUE ROLA POR AÍ ?
08:40 as 09:30	PROJETO DE VIDA	GEOGRAFIA
09:30 as 10:20	PROJETO DE VIDA	GEOGRAFIA
10:35 as 11:25	FISICA	ARTE
11:25 as 12:15	FISICA	ARTE

Quarta	Quinta	Sexta
LÍNGUA PORTUGUESA/LITERATURA	ELETIVA 3	MATEMÁTICA
LÍNGUA PORTUGUESA/LITERATURA	ELETIVA 3	MATEMÁTICA
LÍNGUA PORTUGUESA/LITERATURA	AÇÃO! ESTÁ EM SUAS MÃOS!	MATEMÁTICA
ELETIVA 1	AÇÃO! ESTÁ EM SUAS MÃOS!	ELETIVA 2
BIOLOGIA	QUÍMICA	HISTÓRIA
BIOLOGIA	QUÍMICA	HISTÓRIA

Figura 10. Possível grade de Ensino Médio com algumas disciplinas denominadas eletivas  
Fonte: extraída da plataforma X

Para Leão et al.

[...] projeto de vida seria uma ação do indivíduo de escolher um, entre os futuros possíveis, transformando os desejos e as fantasias que lhe dão substância em objetivos passíveis de ser perseguidos, representando, assim, uma orientação, um rumo de vida. Nesse sentido, o projeto não deve ser entendido como resultado de um cálculo matemático, estrategicamente elaborado, ou de um processo linear, como está presente no senso comum. A ideia de projeto de vida remete a um plano de ação que um indivíduo se propõe a realizar em relação a alguma esfera de sua vida (profissional, escolar, afetivo etc.) em um arco temporal mais ou menos largo. Tais elaborações dependem sempre de um campo de possibilidades dado pelo contexto socioeconômico e cultural no qual cada jovem se encontra inserido e que circunscreve suas experiências. (Leão et al, 2011, p. 1071)

Considera-se que os jovens têm uma noção clara da importância da escola na colaboração do desenvolvimento de seus projetos de vida, mas consideram essa função limitante, dadas as condições sociais incertas com as quais lidam, evidenciando uma apreensão em face do futuro. Também consideram que eles chegam à escola do ensino médio carregados de expectativas, porém elas não se confirmam ao longo dos anos (Leão et al, 2011).

Nascimento (2013) considera que, nos projetos de vida, existem variações nas adolescências existentes no Brasil, ou seja, o contexto em que esse jovem está inserido incide sobre a organização do seu projeto de vida. Todavia, é preciso situar também essa perspectiva no



entendimento de que a adolescência é um momento de questionamentos sobre o lugar que ele ocupa e o processo de sua formação como sujeito.

Próximo a esse conceito, emerge o de Projetos Vitais (purpose life), ou seja, como estabelecer objetivos e metas significativos para o sujeito desenvolver um sentido ético à vida. Pátaro e Arantes (2014), em sua tese, confirmou que as emoções e os sentimentos, entre os quais se destacam os desejos, os interesses, a satisfação pessoal e as relações interpessoais, se configuram na organização do pensamento, cujo desdobramento incide sobre o funcionamento do raciocínio moral. Essa constatação deveria orientar os percursos educacionais no sentido de dar voz aos sujeitos jovens, valorizando as experiências, os significados, as potencialidades, a história de vida e as relações estabelecidas, pois é preciso compreender o jovem existente no aluno.

Para Arroyo (2014, p.160), a renovação dos currículos nas escolas tem passado por esse duplo movimento: De um lado, trazer novos conhecimentos de cada área; de outro lado, reconhecer e incorporar os conhecimentos que vêm das experiências sociais, das indagações de que são sujeitos mestres e alunos. O currículo não é um reservatório de saberes estáticos, mas um território de disputa de saberes na pluralidade epistemológica do mundo atual e na heterogeneidade de sujeitos.

Outra estrutura importante nesse amálgama envolve a questão do notório saber, como estrutura que poderia substituir a formação em licenciatura. Na proposição atual sinaliza-se para algumas revogações da Lei nº 13.415, de 2017, que compreendem a questão do notório saber, como do Inciso “§ 11. Para efeito de cumprimento das exigências curriculares do ensino médio, os sistemas de ensino poderão reconhecer competências e firmar convênios com instituições de educação a distância com notório reconhecimento, mediante as seguintes formas de comprovação: (Incluído pela Lei nº 13.415, de 2017)” (Brasil, 2024). E do artigo “IV - profissionais com notório saber reconhecido pelos respectivos sistemas de ensino para ministrar conteúdos de áreas afins à sua formação para atender o disposto no inciso V do caput do art. 36 (Incluído pela Medida Provisória nº 746, de 2016)”. (Brasil, 2024). Por outro lado, foi mantido os artigos:

IV - profissionais com notório saber reconhecido pelos respectivos sistemas de ensino, para ministrar conteúdos de áreas afins à sua formação ou experiência profissional, atestados por titulação específica ou prática de ensino em unidades educacionais da rede pública ou privada ou das corporações privadas em que tenham atuado, exclusivamente para atender ao inciso V do caput do art. 36; (Incluído pela lei nº 13.415, de 2017). V - profissionais graduados que tenham feito complementação pedagógica, conforme disposto pelo Conselho Nacional de Educação. (Incluído pela lei nº 13.415, de 2017).

## Conclusões

Sinaliza-se que as redes sociais permanecem como um espaço profícuo de análise e discussão sobre as questões sociais que transcorrem no cotidiano, dentre elas que envolvem a educação. Assim, as principais sintaxes vinculadas nas redes sociais X e Instagram envolvem insatisfação com a Lei 14.954/2024 que apresenta-se como alterativa de reforma da lei 13. 415/2017.



Nota-se que a textualidade das narrativas evocadas pelos praticantes do ciberespaço nas redes sociais versa para a condição política dessa reforma, secundarizando outros aspectos como limitações estruturais e configuracionais dessa reforma. Essa nuance levanta questionamentos em relação aos sentidos que as redes sociais ocupam no campo social como *continuum*, ou seja, real e virtual se coadunam ou se o ciberespaço possui certas autonomias quanto as representações ocupadas, como por exemplo cumprem um papel simbólico de pressionar determinados líderes e composições políticas, nesse caso em específico, ou mesmo de colaborar no descortinar das discussões sobre determinados assuntos. De todo modo, elas colaboram para manter o ensino médio brasileiro no centro das discussões no ensino médio.

Nesse sentido, averigua-se que a sintaxe central deste estudo, a reforma lei de 14.954/2024, emerge em um contexto de incongruências que permeiam outras reformas com destaque para a lei 13.415/2017, ou seja, em apenas 02 anos<sup>3</sup>, opera-se com uma nova reforma sobre essa etapa, que apresenta continuidades e descontinuidades, mas continua não resolvendo as incipiências sinalizadas, como operacionalização dessa flexibilização curricular no que tange a estrutura escolar, hierarquização de acesso a determinados saberes em detrimento a outros. No entanto, observa-se que essas reformas estão interrelacionadas as proposições de interfaces socioeconômicas advindas das políticas neoliberais impulsionadas por ações globalizadas que tem sido promovidas nas últimas décadas.

Não obstante, é preciso ainda considerar que essas questões ficam mais bem elucidadas quando entende-se o campo do currículo, e o ensino médio em específico, constitui-se como um território de disputas ideológicas e socioeconômicas. Desse modo, mais do que conteúdos e disciplinas que estão ou serão subtraídas, o que está em jogo é a concepção de formação cidadã que se espera do aluno formado na educação básica brasileira, que tem no ensino médio a última etapa desse projeto.

Ademais, é preciso que o campo científico mantenha o interesse epistemológico plural sobre o ensino médio e com isso seja possível o desenvolvimento de novos estudos que permitam acompanhar, discutir e analisar as contradições, ambivalências, reducionismos, modismos, fragilidades e avanços em relação a essa etapa da educação básica e o lugar que ela possui no projeto de escolarização brasileiro. Pressuposto que sinaliza para as potencialidades em torno de novas práticas científicas envolvendo as redes sociais e a internet como um todo.

## Contribuições dos autores

Murilo Eduardo dos Santos Nazário: Conceitualização, Análise formal, Investigação, Metodologia e escrita - rascunho original.

Caio Cesar Portugal: Curadoria dos dados, Visualização, Escrita - revisão e edição.

<sup>3</sup> Uma vez que, com a Pandemia da Covid 19, as redes de ensino e entidades educacionais deveriam efetivar as reformulações do ensino médio até o ano de 2022.





## Referências

- Arroyo, M. G. (2014). Currículo, território em disputa. Editora Vozes Limitada.
- De Certeau, M. (2012). A invenção do cotidiano: artes de fazer.
- Choudhury, N. (2014). World wide web and its journey from web 1.0 to web 4.0. *International Journal of Computer Science and Information Technologies*, v. 5, n. 6, p. 8096-8100. <https://ijcsit.com/docs/Volume%205/vol5issue06/ijcsit20140506265.pdf>.
- D'angelo, P. (2023) Pesquisa sobre o Instagram no Brasil: dados de comportamento dos usuários, hábitos e preferências no uso do Instagram.[S.l.]. <https://blog.opinionbox.com/pesquisa-instagram/>
- Frigotto, G., Ciavatta, M., & Ramos, M. (2004). Concepção e experiências de ensino integrado. *A gênese do Decreto*, (5.154), 29-51.
- Frigotto, G. (2012). Concepções e mudanças no mundo do trabalho e o ensino médio. *In*: Frigotto, G.; Ciavatta, M.; Ramos, M. (org.). *Ensino médio integrado: concepção e contradições*. São Paulo: Cortez, p. 57-82.
- Furtado, R. S. & SILVA, V. V. A. (2020). A reforma em curso no ensino médio brasileiro e a naturalização das desigualdades escolares e sociais. *Revista e-Curriculum*, v. 18, n. 1, p. 158-179, <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/45763> .
- Guimarães, T. & Cordeiro, R. I. N. (2023). O instagram e as hashtags como recurso para a recuperação da informação. *Âmbitos: Revista internacional de comunicación*, 53, 82-103. <https://revistascientificas.us.es/index.php/Ambitos/article/view/15859>.
- Han, B. C. (2018). *No enxame: perspectivas do digital*. Editora Vozes Limitada.
- Kemp, S. (2023). *Global Overview Report*. <https://datareportal.com/reports/digital-2023-global-overview-report>.
- Kozinets, R. V. (2014). *Netnografia: realizando pesquisa etnográfica online*. Penso Editora.
- Krawczyk, N. (2011). Reflexão sobre alguns desafios do ensino médio no Brasil hoje. *Cadernos de pesquisa*, 41, 752-769.
- Kuenzer, A. Z. O (2000) ensino médio agora é para a vida: entre o pretendido, o dito e o feito. *Educação & Sociedade*, v. 21, p. 15-39. <https://www.scielo.br/j/es/a/LGpgCTxWgVvB3DYzKVWFjwJ/abstract/?lang=pt> .
- Leão, G.; Dayrell, J. T. & Reis, J. B. (2011). Juventude, projetos de vida e ensino médio. *Educação & Sociedade*, v. 32, p. 1067-1084. <https://www.scielo.br/j/es/a/Jr9sGWbKhNRCFwFBMzLg34v/abstract/?lang=pt>.
- Lévy, P. (2010). *Cibercultura*. Editora 34.
- Moreira, A. F. B. (2000). Propostas curriculares alternativas: limites e avanços. *Educação & Sociedade*, 21, 109-138.
- Nascimento, I. P. (2013). Educação e projeto de vida de adolescentes do ensino médio. *Eccos Revista Científica*, v. 31, p.83-100.
- Nazário, M. E. S.; SANTOS, W. & Ferreira N. A. (2020). Netnografia da Educação Física na reforma do ensino médio brasileiro: práticas discursivas nas redes sociais Youtube, Instagram, Facebook e Twitter. *Motrivência*, v. 32, n. 62.
- Nazário, M. E.; Santos, W. & Ferreira N. A. (2021). Netnografia da reforma curricular do ensino médio brasileiro. *Revista Brasileira de Educação*, v. 26.
- Pátaro, C. S. O. & Arantes, V. A. (2014). A dimensão afetiva dos projetos vitais: Um estudo com jovens paranaenses. *Psicologia em Estudo*, v. 19, p. 145-156.





- Rodrigues, A. T. (2016). Base nacional comum curricular para a área de linguagens e o componente curricular educação física. *Revista motrivivência*, v. 28. N. 48, set.
- Sacristán, J. G. (2019). *O Currículo: Uma reflexão sobre a Prática*. Penso Editora.
- Segal, R. L. (2022). “Novo ensino médio” como persistência das desigualdades educacionais?. *Educação em Foco*, v. 27, n. 1, p. 27018-27018.
- Silva, T. T. (2002). *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Autêntica.
- Silva, J. S. B. & Santos M. A. F. Estado do conhecimento da reforma do Ensino Médio, Lei 13.415/2017. *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica*, v. 2, n. 22, p. e13966-e13966, 2022. <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/13966>.

página deixada propositadamente em branco